

I – CONCEITOS E METODOLOGIA

O enfoque geográfico deste trabalho levou-nos a definir noções e conceitos que servissem como eixo teórico ao longo de todo o percurso – *território, territorialidade, rede, região, regionalização, faixa e zona de fronteira*. É importante destacar, entretanto, que não se constituíram *a priori* para o desdobramento do trabalho, ou em receitas genéricas a serem simplesmente incorporadas pelos pesquisadores. Trata-se de fato de uma base conceitual que foi sendo repensada no decorrer da pesquisa e adaptada à realidade das fronteiras internacionais do Brasil.

A começar por uma concepção de *território* que rompe com a visão mais tradicional (Quadro 1). Em vez do território reduzido exclusivamente à sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado, entende-se que o território é produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não-estatais. Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. Ademais, a territorialização desses processos se dá tanto “de cima para baixo” (a partir da ação do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto “de baixo para cima” (através das práticas e significações do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades). É, portanto, o processo de territorialização como acima concebido, ou seja, filtrado pelos agentes sociais, que acaba por delinear o território por uso e posse, e não somente por determinação jurídico-administrativa.

A segunda noção que norteou o trabalho é a noção de *territorialidade*. Os processos relacionados ao poder sobre territórios - o poder de afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico - não criam homogeneidade ou uma qualidade única do território, nem mesmo, obrigatoriamente, geram um território, pois podem se “empilhar” tanto quanto articular-se em tensão constante ou gerar conflitos abertos. Ao contrário do território, que de alguma forma define “nós” e os “outros”, o “próprio” e o “não-próprio”, ou seja, carrega um sentido de exclusividade, a territorialidade é um processo de caráter “inclusivo”, incorporando novos e velhos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está “dentro” de quem está “fora”. Por isso mesmo, a territorialidade de algum elemento geográfico dificilmente coincide com os limites de um território, embora possa justificar a formação de novos territórios. As Figuras 4 e 5 exemplificam a distinção entre os territórios formalmente instituídos (através de reservas demarcadas) e a territorialidade (espaço vivido) dos grupos indígenas.

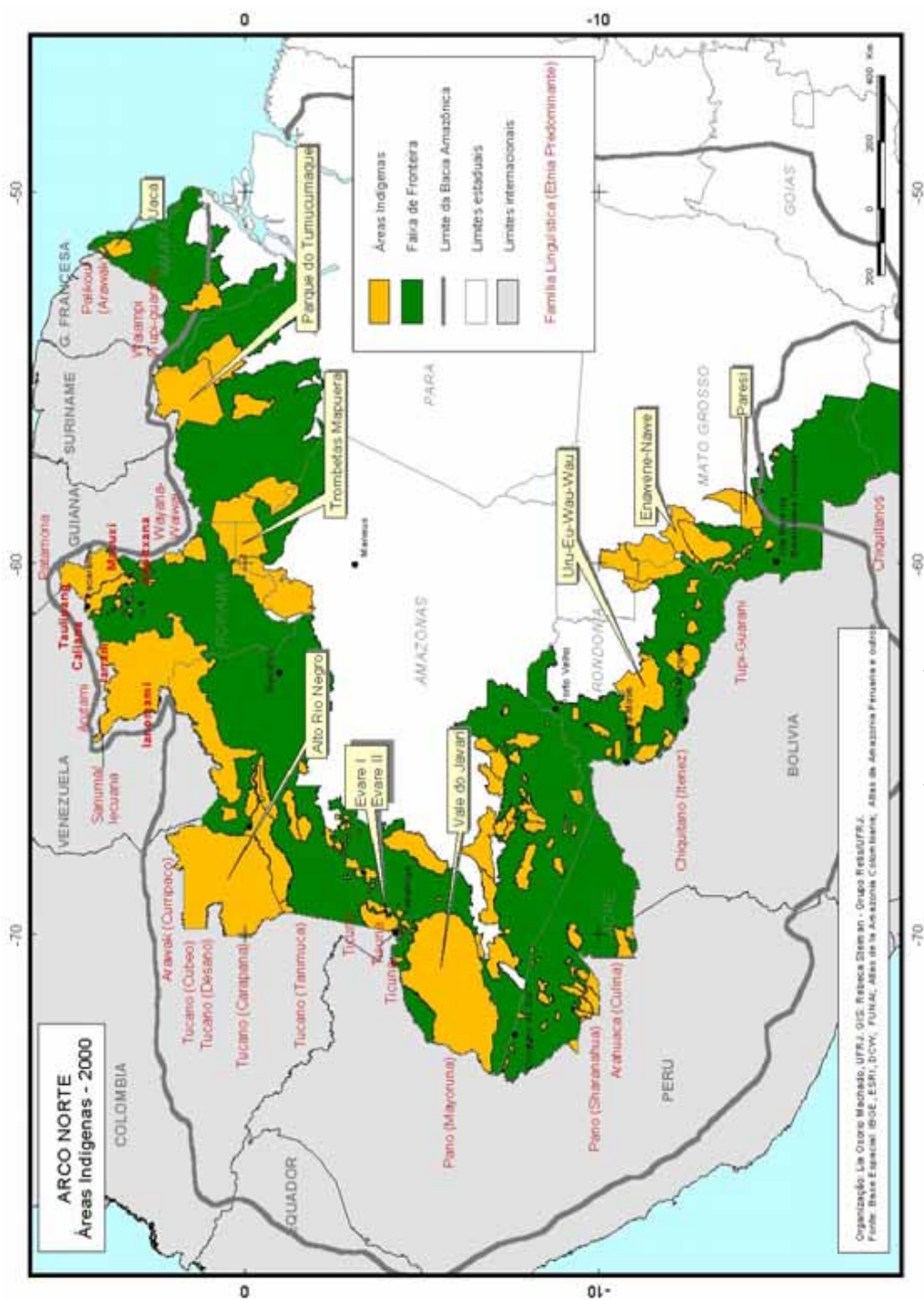


FIGURA 4: ÁREAS INDÍGENAS NO ARCO NORTE

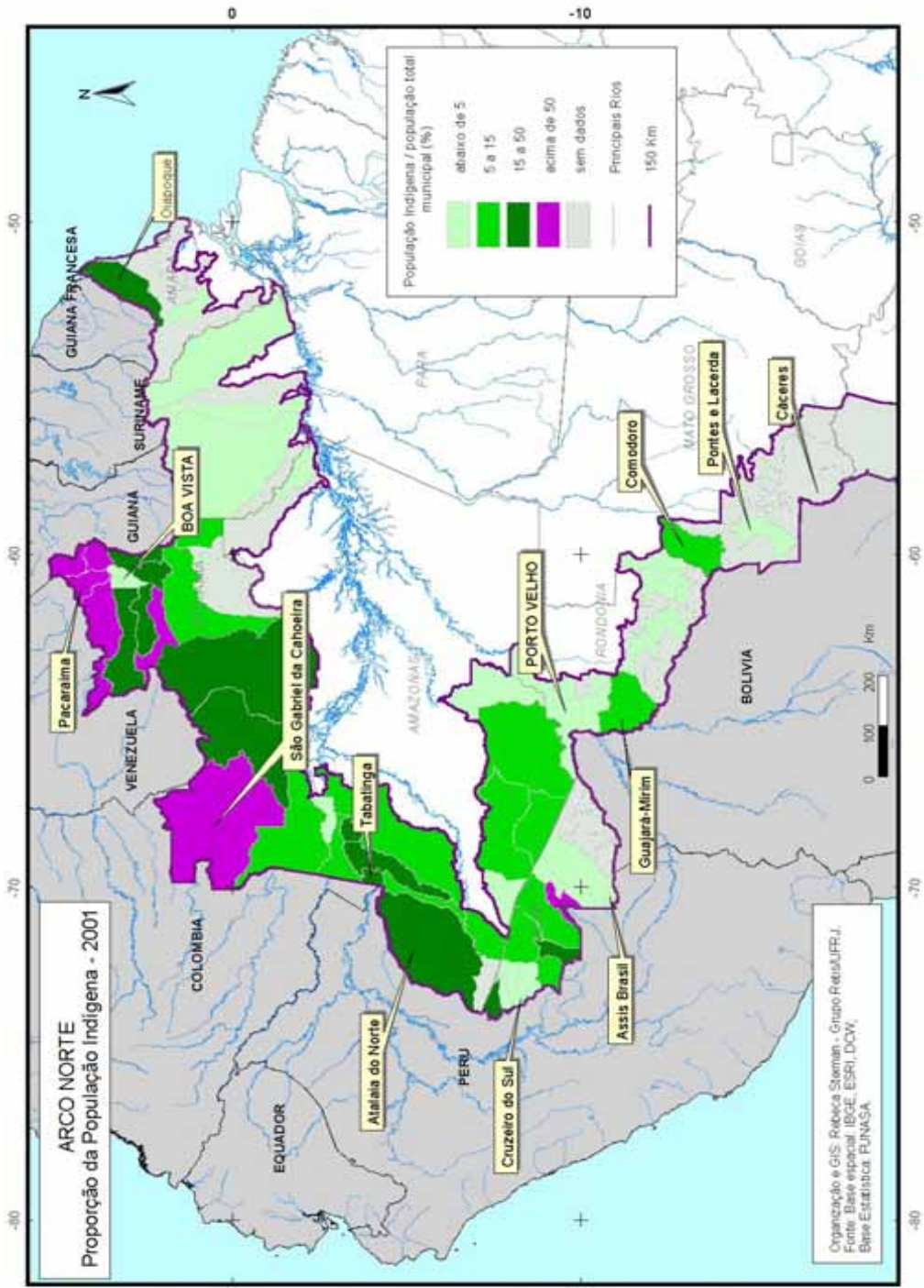


FIGURA 5: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ARCO NORTE

A terceira noção que norteou o trabalho é a de *rede*. Embora com frequência vista como modismo por setores da comunidade científica, ou mesmo pelos especialistas em marketing, a noção de rede é fundamental para o entendimento da organização da base produtiva e sócio-cultural. É igualmente eficaz para eliminar do vocabulário do desenvolvimento econômico local e regional a infeliz noção de ‘enclave’. Lugares e territórios, cuja base produtiva se diferencia do entorno podem ser mais bem entendidos através da noção de rede. A vida das cidades da Faixa de Fronteira, por exemplo, não importa se situada ou não na divisória internacional, com frequência depende mais de interações com espaços não-contíguos do que com o espaço adjacente. Também a ação institucional, qualquer que seja a escala, é praticamente impossível de ser gerida sem a organização em rede. A organização territorial em rede ao englobar desde a rede urbana até redes decisórias, sociais, culturais, políticas, tem poder explicativo importante para a compreensão das territorialidades. É importante destacar aqui que nossa leitura de rede não a coloca num sentido contraposto ao de território, como ocorre entre alguns autores. A rede é concebida aqui como um componente fundamental na articulação e na desarticulação territorial.

	Alternativa 1	Alternativa da Proposta
Território	Dominação/Estado (jurídico-administrativo)	Dominação e ou apropriação; ação de exclusão
Territorialidade	Qualidade geral do território (única)	Processos relacionados ao poder sobre o território (afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico), 'empilhamento' e/ou articulação; ação de inclusão
Relação Território/ Rede	Oposição entre Território (permanente, independente) e organização em rede (efêmera, dependente)	Relações de interdependência entre redes (transacionais, técnicas, sociais, informacionais) e território (complementares, superposição, hierarquia)

QUADRO 1: CONCEITOS - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E REDE

Diante dessas conceituações de *território*, *territorialidade* e *rede*, a regionalização deve ser vista não apenas como instrumento analítico, e neste caso também político, instituído pelo investigador, mas como processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos,

e produzindo identificações sócio-culturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. Daí a importância de se incluir o urbano, representado aqui pelas cidades-gêmeas, núcleos articuladores de redes (e sub-redes) locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Se a regionalização é vista de uma forma dinâmica e complexa, conjugando diversas territorialidades e conexões (em rede), além da interação de densidades sociais e econômicas, é óbvio que o resultado aqui proposto, ao identificar sub-regiões zonais contínuas e contíguas, no sentido mais tradicional de região, atende, sobretudo, a objetivos de planejamento, devendo ser interpretado como “imagem” momentânea de uma realidade em constante movimento e, por isso, permanentemente aberta à transformação.

	Alternativa 1	Alternativa da Proposta
Região	Espaço dotado de coerência interna (critério(s) estabelecido(s) pelo pesquisador/planejador), 'sistema fechado'	Espaço de coesão funcional (Santos) e político-simbólica (identitária), 'sistema aberto'
Regionalização	"Dinâmica descendente" (modelo do pesquisador/planejador)	Ação negociada de criar recortes regionais, modo concreto (vivência) e/ou abstrato (pesquisador/planejador)

QUADRO 2: CONCEITOS – REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Ao deslocar o enfoque de uma concepção ‘linear’, própria à noção de limite ou divisória internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, introduziu-se uma distinção muito relevante para este trabalho, entre **faixa** e **zona de fronteira**. Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas.

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais.

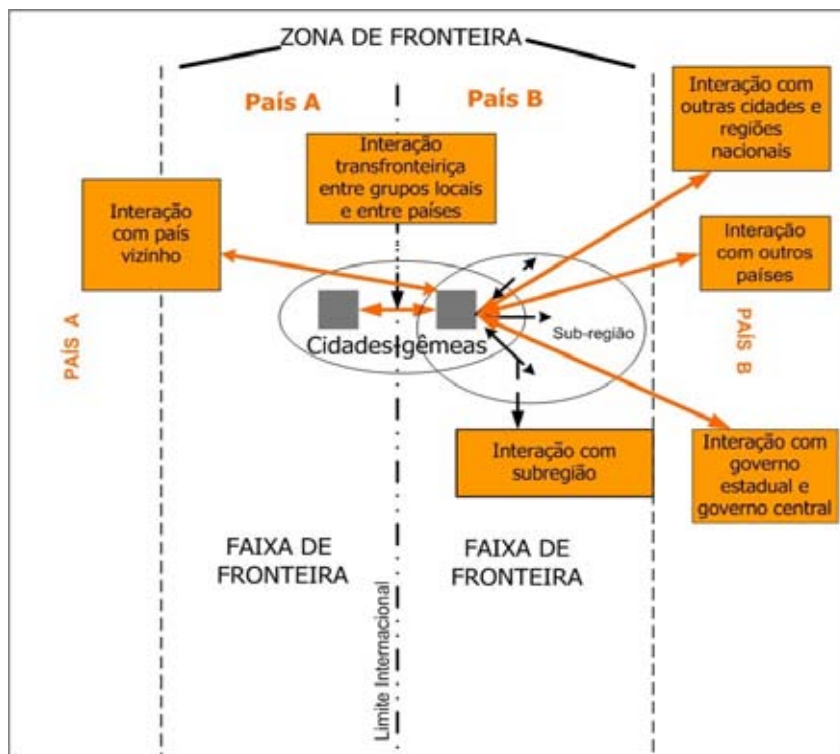


FIGURA 6: CONCEITOS – FAIXA E ZONA DE FRONTEIRA

As noções de território, territorialidade, rede e zona de fronteira apontam para o caráter dinâmico dos processos sócio-espaciais e sugerem que uma das propriedades da região ou de uma sub-região, por mais que queiramos delimitá-la de modo a definir um território único, é a de ser um “sistema aberto”. A troca de bens, pessoas, energia e informação com o ambiente ‘externo’ (o não-próprio a região) a torna sujeita a mudanças e adaptações, inclusive nos limites regionais, quase sempre provisórios e definidos por objetivos determinados. Alguns indicadores e variáveis utilizadas na elaboração da tipologia de sub-regiões da Faixa de Fronteira do Brasil têm a pretensão de iluminar diversas territorialidades, econômicas e culturais, que extrapolam limites territoriais bem definidos e mostram o caráter heterogêneo e territorialmente ‘aberto’ de cada sub-região.

Para a delimitação das sub-regiões partiu-se de dois grandes vetores. O primeiro vetor se refere ao **desenvolvimento econômico regional** e o segundo à **identidade cultural**, ambos imprescindíveis na compreensão da organização sócio-territorial e na construção da cidadania na Faixa de Fronteira do Brasil com países sul-americanos. A natureza distinta de cada grande vetor exigiu a aplicação de critérios e escolha de variáveis diferenciadas, que serão explicitados a seguir.

A. VETOR DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL

A-1 Noções Básicas

A noção de “densidade” foi escolhida para descrever diferenças na incidência territorial de diversas variáveis que medem o grau e o tipo de desenvolvimento econômico, de modo a subsidiar a delimitação das sub-regiões e estabelecer sua tipologia. Aponta para o fato de que o desenvolvimento se dá de forma desigual, tanto nos lugares como entre os lugares. Cada lugar ou local pode abrigar outros tipos de densidade que não só a econômico-produtiva, como é o caso da densidade social, cultural-simbólica e étnica. Essas últimas foram geralmente subestimadas pelas teorias clássicas de desenvolvimento por não ser imediatamente perceptível seu valor econômico. No entanto, em muitos lugares, é a interação entre atividades econômicas locais, tradições, crenças e costumes que gera e consolida na população local sentimentos de pertencimento e auto-estima, essenciais ao fortalecimento do senso de auto-organização, à emergência da inovação e do incentivo a trocas e colaboração com o “não-próprio”. A habilidade da região e do lugar de atingir a imaginação nacional ou internacional é outro efeito positivo da consideração de outras densidades que não só a econômica, no seu sentido estrito, como o conhecido caso de Xapuri/AC sobejamente provou.

A-2 Formulação e Descrição dos Vetores Analíticos

A-2.1 Densidade Econômica

Os seguintes elementos geográfico-econômicos compõem o cálculo da densidade econômica:

Base Produtiva Local

- Agricultura
- Rebanhos bovinos e suínos
- Extrativismo vegetal
- Indústria

Mercado de Trabalho

- Geração de emprego e renda
- Posição do pessoal ocupado no mercado de trabalho

Serviços a Produção

Intermediação financeira
Serviços prestados a empresas
Operações a crédito

Índice de Conectividade

Conexões aéreas
Infra-estrutura aeroportuária
Densidade de estradas
Unidades locais de estação de rádio
Área de abrangência de comunicação por satélite
Domicílios com linha telefônica
Domicílios com computador
Domicílios com televisão

Densidade Econômica - Base produtiva local

A agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são os setores econômicos que compõem a base produtiva local. Definem áreas com maior especialização territorial (caso dos estados do Sul) e de menor especialização territorial (caso dos estados do Norte), os outros estados apresentando uma situação intermediária. É a lavoura temporária o setor com maior poder definidor das sub-regiões (base produtiva).

No caso da agricultura foram consideradas, no entanto, tanto as lavouras temporárias e permanentes, em termos de: a) presença e ausência; b) valor total da produção; c) percentagem no valor total da produção; d) diversidade de produtos (valor acima de 1% do valor total da produção); em alguns casos, também foi considerada a área plantada. Para a Faixa de Fronteira, os produtos da lavoura temporária (soja, milho, mandioca, arroz, etc.) são os de maior valor, principalmente a soja no Arco Sul e em algumas áreas do Arco Central da Faixa (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Apesar da forte dependência da especialização territorial da base produtiva em relação à lavoura temporária, em algumas áreas aparece um alto grau de diversidade das lavouras temporárias, tendo sido tais áreas classificadas na categoria “outras lavouras temporárias”, e consideradas na tipologia da base produtiva.

As lavouras permanentes apresentam geralmente valores mais baixos, se comparadas às temporárias e tiveram peso menor na definição das sub-regiões. No entanto, em várias

áreas foi necessário identifica-las porque podem exercer na organização da base produtiva papéis diferenciados segundo o grau de desenvolvimento territorial (especialização, densidade de infra-estrutura, valor da produção). Assim, em áreas de baixo desenvolvimento da base produtiva são elas que podem ser objeto de futuras políticas públicas de estímulo a *arranjos produtivos locais* (APL) como palmito, laranja e uva.

Nas áreas de alto desenvolvimento territorial, as lavouras permanentes aparecem como componente relevante na formação do valor total da produção, porém é preciso certo cuidado. Às vezes não é o valor total da produção agrícola municipal que define por si só a relevância ou não de certo produto, e sim o **conjunto** de municípios produtores espacialmente contíguos. Em alguns casos, a partir da lavoura permanente emerge uma territorialidade superposta à base produtiva principal.

Os dados sobre pecuária bovina e suína apresentam uma limitação, pois a base de dados PPM/IBGE não registra o valor do rebanho, somente o número de cabeças. Os dados mais recentes do IBGE sobre agropecuária (uso do solo, estrutura fundiária, etc.) são de 1996, o que criaria problemas de ajuste com os outros dados, de 2000 e 2001. Os dados sobre o rebanho foram assim contabilizados, porém só foram considerados rebanhos com mais de 50.000 cabeças, no caso dos bovinos, e de 20.000 cabeças, no caso dos suínos. Tais limiares permitiram estimar seu peso na base produtiva local. Como pesquisas anteriores indicaram, tanto o gado de corte como o gado leiteiro são encontrados dispersos por um grande número de municípios, porém em pequena quantidade, atuando com frequência como “dinheiro em caixa” para produtores pouco capitalizados ou restritos ao consumo próprio. Em termos da tipologia de sub-regiões, a pecuária, exceto para os grandes rebanhos, não define a territorialidade produtiva.

A extração vegetal é importante em termos de extensão territorial, principalmente nos municípios do Arco Norte (Amazônia). No entanto, na maior parte dos casos, os valores da produção são muito baixos, confirmando o caráter pouco produtivo e de baixa rentabilidade da atividade nos lugares onde ocorre.

O produto extrativo vegetal de maior valor é a extração de madeira em tora e, em alguns casos, de lenha. Em várias áreas, a extração de madeira em tora e de lenha foi associada a outros elementos da base produtiva, definindo combinações específicas. No entanto, devido ao fato de que alguns produtos vegetais extrativos, como a *Hevea brasiliensis* e a castanha-do-pará (*Bertholettia excelsa*) definem “identidades produtivas”, ou mesmo a identidade cultural de certos lugares, e porque sua simples presença pode ser objeto de arranjos produtivos incentivados por políticas públicas, sua incidência territorial foi registrada na tipologia da base produtiva, a despeito do baixo valor. O caso da erva-mate é peculiar. Usualmente associada ao extrativismo, os dados mostraram que as áreas de extração são residuais, a maior parte sendo hoje plantada

(lavoura permanente). A incidência territorial do plantio de erva-mate foi registrada nos mapas da base produtiva.

Em vários municípios da Faixa de Fronteira existem pequenas extrações minerais locais, principalmente de areia, cascalho e pedras ornamentais para a construção civil, porém de modo geral os efeitos da mineração na economia local são pouco relevantes a ponto de merecer reconhecimento na tipologia da base produtiva e das sub-regiões. Além disso, a característica óbvia da extração mineral, a de ter incidência territorial pontual foi outro fator levado em consideração. Oposto é o caso do garimpo, principalmente do garimpo de ouro no Arco Norte. A exploração é dispersa, aparecendo em inúmeros locais da Amazônia. Não existem dados confiáveis nem levantamentos sistemáticos sobre o garimpo, o que impossibilitou sua incorporação à tipologia de sub-regiões.

Para o Arco Norte da Faixa de Fronteira a mineração poderia ser uma fonte indireta de recursos, através da compensação financeira pela exploração de recursos naturais (CFRN), principalmente para governos municipais impossibilitados de gerar renda localmente apesar de abrigarem importantes recursos minerais. Os municípios do Arco Norte com a presença de atividade mineradora são: Oriximiná e Almeirim, no Estado do Pará; Rio Branco e Senador Guiomar, no Estado do Acre; Barcelos, Japurá e Uruará no Estado do Amazonas; Serra do Navio e Laranjal do Jarí, no Estado do Amapá; Pimenta Bueno e Porto Velho no Estado de Rondônia; Boa Vista e Cantá no Estado de Roraima (nos outros estados destacam-se apenas os municípios de Corumbá/MS e Candiota/RS). (Departamento Nacional da Produção Mineral, 2000)

Ressalta-se que a compensação financeira pela exploração dos recursos naturais (CFRN) é pífia, relativamente ao valor do produto comercializado nos mercados domésticos e externos. A exceção é o município de Oriximiná que, em 2000, recebeu dez milhões de reais de compensação. Apesar disso, nem o município (48.000 habitantes em 2000), nem a cidade (quase 30.000 habitantes em 2000) se destacam positivamente nos diversos tipos de densidade espacial propostos neste trabalho.

Finalmente, a indústria. Os dados mais recentes disponíveis são bastante modestos, mas ainda assim foram aproveitados na tipologia, como não poderia deixar de ser. O número de unidades locais industriais em cada município, fornecido pelo Cadastro Geral de Empresas (2001), foi a variável escolhida, especificamente a indústria de transformação, mesmo sabendo-se que inclui desde indústrias tecnicamente sofisticadas até as ubíquas padarias. Não foi feliz a tentativa de incluir as indústrias de construção, importante setor de geração de empregos para mão-de-obra não qualificada, devido aos baixos e indiferenciados valores que o tabelamento dos dados mostrou.

Só são consideradas no levantamento do IBGE, as empresas registradas no Cadastro Geral dos Contribuintes (CGC), ou seja, as empresas formais. Tal restrição

subestima o quadro real, como já criticamente apontado por especialistas e associações empresariais. Existem pequenas unidades locais industriais, às vezes empresas de tamanho médio em termos de pessoal empregado e valor agregado, que “não existem” simplesmente por não estarem legalizadas, de acordo com os critérios da Receita Federal. Não só podem ser a fonte de novos “arranjos produtivos”, como de fato constituem arranjos espaciais emergentes, não só no Arco Norte como também nas áreas mais produtivas do Arco Sul. Um simples levantamento realizado no decorrer do trabalho de campo numa das áreas-piloto (Alto Solimões) mostrou uma discrepância considerável entre o registro do IBGE e a situação real. Em vários casos, a estatística oficial registrou nenhuma indústria, enquanto os representantes dos mesmos municípios participantes do Fórum Regional reclamavam de apoio governamental às pequenas unidades locais industriais.

Densidade Econômica - Mercado de Trabalho

O vetor analítico Densidade Econômica considerou também as características do mercado de trabalho. Pesquisas anteriores mostraram que, de forma similar ao resto do país, a Faixa de Fronteira apresenta com frequência uma disjunção entre o valor da produção e a capacidade de gerar emprego e/ou renda nos lugares.

Para estimar a situação geral da categoria trabalho, diversas variáveis disponibilizadas pelo censo nacional de 2000 foram testadas no intuito de definir as principais características do mercado de trabalho em cada município. São elas:

- (1) PEA total;
- (2) PEA masculina/PEA total;
- (3) PEA feminina/PEA total;
- (4) PEA urbana/PEA total;
- (5) PEA rural/PEA total;
- (6) Pessoal ocupado/PEA total;
- (7) Pessoal ocupado por tipo de atividade/população ocupada total;
- (8) Pessoal ocupado por posição na ocupação (empregados, empregadores, conta própria, não remunerada em ajuda a membro do domicílio; próprio consumo).
- (9) Índice de formalidade (nº de carteiras assinadas/nº de carteiras não assinadas);
- (10) Grau de urbanização (população residente em áreas urbanas/população residente total); e
- (11) Densidade rural (população rural/área municipal).

Para a caracterização do mercado de trabalho, as variáveis que revelaram maior poder explicativo foram as (4), (5), (7) e (8). As outras variáveis serviram de suporte para a avaliação, porém não se atribuiu a elas peso específico no resultado final.

A PEA urbana e rural (variáveis 4 e 5) indica a condição de domicílio da população economicamente ativa empregada ou buscando trabalho no período de censo no município. O resultado foi relacionado ao tipo de atividade que efetivamente absorvia maior número de pessoas ocupadas em cada município, sendo essas atividades agregadas em grandes grupos, agricultura, indústria, serviços, comércio, administração pública (variável 7). As combinações obtidas foram então cruzadas com a variável (8).

O pessoal ocupado, classificado por posição na ocupação (variável 8), permite distinguir aqueles que são empregados (com regime permanente ou temporário, formal ou informal) daqueles que trabalham por conta própria, ou que não são remunerados porque ajudam à família, ou que trabalhem apenas para o próprio consumo.

Embora em princípio apenas a posição de empregado configure a existência de trabalho assalariado, a possibilidade real do indivíduo se deslocar de uma posição para outra, dependendo da necessidade e da oportunidade, sugere que todas as categorias sejam consideradas para a descrição do “mercado de trabalho”. A análise preliminar dos dados mostrou que existe forte correlação entre pessoal ocupado em atividades agrícolas, membros não remunerados da família e os que trabalham para consumo próprio. Embora em vários municípios se registre a presença de empregados na área rural, a maior parte do pessoal ocupado nesta condição se encontra nas áreas urbanas. É também na área urbana onde se registra o maior número de trabalhadores por conta própria, uma categoria que pode incluir muita coisa, desde o camelô até o profissional qualificado sem vínculo empregatício.

Densidade Econômica - Serviços à produção

As atividades produtivas precisam de vários serviços, entre os mais importantes, crédito, acesso a estabelecimentos de crédito e serviços gerais de apoio a empresas. Quatro variáveis foram selecionadas para medir a presença maior ou menor de serviços à produção: (a) número de agências bancárias; (b) número de unidades locais de intermediação financeira que não agências bancárias; (c) número de unidades locais especializadas em serviços às empresas; (d) operações de crédito (valor das transações).

É certo que nem todos os lugares dependem da presença desse tipo de infraestrutura, uma vez que a proximidade geográfica ou o acesso aos centros regionais possibilita o atendimento no entorno. Acresce ainda que a dispersão espacial desses serviços tende a diminuir em áreas de expansão de grandes redes empresariais com sedes distantes da região. Empresas, principalmente grandes empresas, buscam esses

serviços em grandes centros metropolitanos com frequência distantes dos lugares da produção ou do negócio. Mesmo assim, não só existe demanda por esses serviços em muitos lugares, como a presença deles confere prestígio ao lugar, principalmente nas sub-regiões onde esses serviços são mais raros. Faz poucos anos que a simples transferência de Benjamim Constant para Tabatinga (Alto Solimões) da única agência do Banco do Brasil na cidade acarretou vários problemas para a relação de cooperação entre ambas nos anos seguintes.

Os serviços à produção constituem um indicador da abrangência espacial do espaço-de-fluxos que se superpõem ao território. O espaço-de-fluxos interage com os lugares, mas não é definido pelos lugares que ocupa, obedecendo a dinâmicas concebidas em outras escalas e com frequência movida por estratégias que escapam ao entendimento da população local.

Densidade Econômica - Índice de conectividade

O índice de conectividade estima a efetiva ou potencial interação intra-regional, inter-regional e internacional dos lugares. Sem dúvida, a conectividade tem efeito nas economias de escala para as atividades produtivas, principalmente quando destinadas à exportação. Nesse sentido tem efeito positivo, de incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas também é portadora de efeitos negativos, de fonte de desigualdade regional e quebra das âncoras econômicas locais.

Uma outra dimensão explicativa atribuída ao índice é a de chamar a atenção para os limites da noção difundida pelo novo regionalismo econômico, de que as regiões, principalmente as regiões marginalizadas, permanecem enraizadas na tradição e no paroquial. A cultura regional está sujeita à mobilidade espacial e ao híbrido cultural resultante da conectividade com outros lugares, seja através da imigração, da mídia, do consumo ou da internet. No caso específico da fronteira, o híbrido cultural resultante das conexões e convivência com o “estrangeiro”, exige o reconhecimento por parte do poder público de uma com características peculiares a situação de fronteira.

Foram cruzados dados sobre infra-estrutura aeroportuária e conexões aéreas; densidade de estradas e telecomunicações (unidades locais de estação de rádio, domicílios com linha telefônica, computador, televisão; acesso a serviços de comunicação por satélite e a cabo). Lamenta-se a falta dos dados da ANATEL, principalmente no caso de telefones celulares e acesso a serviços mais sofisticados de telecomunicação.

Atenção especial merece o fato de que a cidade-sede do município pode apresentar condições razoáveis ou mesmo ótimas de conexão com outros lugares enquanto o interior do município se caracteriza por baixíssima conectividade. A representação municipal mascara essa diferença, generalizando para um território o que é na verdade atribu-

to da cidade e perturbando a leitura do mapa analítico correspondente. Os casos mais chamativos correspondem aos municípios muito grandes, geralmente encontrados no Arco Norte e Central da Faixa de Fronteira.

A-2.2 Densidade Técnico-Tecnológica

Na Faixa de Fronteira, a densidade de infra-estrutura técnico-tecnológica não se refere à presença de centros científicos de envergadura, nem tampouco ao número de engenheiros e outros indicadores associados ao capital humano, como entendido em outras regiões do mundo. Para o Brasil ainda é válido saber se um lugar tem ou não estabelecimentos de ensino médio e/ou simples acesso a unidades de treinamento básico da mão-de-obra. Uma relação com a imigração estrangeira também pode ser feita a partir deste vetor analítico. Em situações de assimetria, quando o país vizinho não oferece cursos de nível superior não é incomum a atração de estudantes que acabam por se radicar no país ou, ao contrário, estimular a ida de brasileiros para o outro lado da fronteira.

Compõem este vetor analítico as seguintes variáveis: (a) número de estabelecimentos de ensino médio; (b) número de estabelecimentos de ensino superior (público e privado); (c) estabelecimentos de educação profissional (do tipo CEFET e outros); (d) estabelecimentos de ensino técnico básico; (e) unidades de treinamento de mão-de-obra em área urbana; (f) unidades de treinamento de mão-de-obra rural.

A-2.3 Densidade Social

O desenvolvimento econômico local sustentável interage com as condições sociais. Para avaliar aqueles que têm as melhores e as piores condições sociais foi selecionado um grupo de variáveis julgadas representativas, tais como, população alfabetizada, ausência de pobreza extrema, saúde. Foram analisadas as variáveis abaixo relacionadas, porém foi concedido maior peso às variáveis (1) e (2):

(1) população alfabetizada com 10 anos ou mais sobre o total da população acima de 10 anos ou mais;

(2) chefes de domicílio vivendo abaixo da linha de pobreza (menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) sobre o total de chefes de domicílio;

(3) renda do trabalho sobre total renda municipal;

(4) renda (*per capita*);

(5) número de unidades locais de ensino em geral (público e privado);

(6) número de unidades locais de outros serviços coletivos; e

(7) número de unidades de saúde.

A-2.4. Densidade Institucional

O vetor analítico avalia a relevância da ação institucional em cada município, levando em consideração diversos tipos de agente e níveis de governo. Embora constitua um dos principais vetores deste Trabalho, a avaliação da densidade institucional foi prejudicada pela dificuldade em obter várias informações necessárias. Para dar um quadro mais abrangente da ação institucional e de sua efetividade faltaria incluir as organizações não governamentais, associações locais de diversos tipos, programas institucionais que efetivamente saíram do papel, e outras informações não disponíveis para todos os municípios, o que impossibilita seu mapeamento.

Algumas explicações sobre as variáveis se fazem necessárias. Primeiro, como se trata de densidade institucional, o número de eleitores foi incluído neste vetor. Segundo, a disponibilidade de informação sendo maior no Governo Federal do que em órgãos estaduais levou a um viés indesejado de subestimar as ações institucionais dos últimos, exceto para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas. Terceiro, a ausência das organizações não-governamentais, tanto com sede no Brasil como no exterior reduz em muito a representatividade da densidade institucional dos Estados da Amazônia.

Fez-se então uma seleção de informações disponíveis para toda a Faixa de Fronteira. São elas:

- (1) unidades de vigilância sanitária;
- (2) unidades da Polícia Federal;
- (3) unidades da Receita Federal;
- (4) unidades do Exército brasileiro;
- (5) índice institucional municipal (a partir de dados do Perfil Municipal do IBGE);
- (6) programas Ativos Federais (Programa Faixa de Fronteira, SIVAM, Calha Norte, Mercosul, Mesorregiões, etc.);
- (7) área de Dioceses da Igreja Católica;
- (8) número de unidades locais de administração e segurança;
- (9) número de Arranjos Produtivos Locais (SEBRAE);
- (10) número de unidades/postos do SEBRAE; e
- (11) número de eleitores.

A-2.5 Índice de Estabilidade Municipal

Algumas explicações são necessárias para explicar o sentido da formulação de um índice de estabilidade para a tipologia de sub-regiões de fronteira.

É quase uma banalidade afirmar que o espaço geográfico está sujeito a processos evolutivos. Não é tão banal quando prestamos atenção aos seus efeitos. A evolução das condições econômicas, políticas, sociais e culturais altera a forma, o ritmo e a qualidade do povoamento, das interações interpessoais, intra-regionais, inter-regionais e internacionais, assim como gera efeitos na capacidade produtiva e na organização do sistema territorial. Do ponto de vista da geografia do território, a estabilidade ou a instabilidade oriunda de processos evolutivos sinaliza quão forte ou fraca é a organização territorial em termos de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou à ausência delas.

Tanto a situação de estabilidade quanto a de instabilidade podem ser interpretadas em dois sentidos, favorável e desfavorável. A situação de estabilidade é favorável quando os elementos espaciais mantêm-se coesos a despeito de mudanças internas ou perturbações vindas do exterior; é desfavorável quando deriva de uma situação de estagnação e isolamento. Por outro lado, a instabilidade tanto pode significar perturbação, estagnação ou fragilidade sócio-espacial (negativo) como reestruturação, reorganização e desenvolvimento do lugar (positivo). Todas essas situações foram encontradas na Faixa de Fronteira.

Um grupo de variáveis foi escolhido para estimar a situação do lugar e sua tendência evolutiva.

- (1) nível de estabilidade do trabalho formal (série histórica 1985-2001);
- (2) imigrantes com mais de 10 anos de residência sobre imigrantes totais;
- (3) imigrantes com menos de 2 anos de residência sobre imigrantes totais;
- (4) taxa de crescimento da população residente total;
- (5) taxa de crescimento da população residente urbana;
- (6) conflitos de terra (agrários, indígenas, outros); e
- (7) evolução do PIB 1991-1996 (municípios que ganham, municípios que perdem e municípios que permanecem estáveis).

A análise do conjunto de variáveis permitiu estimar qual o nível de estabilidade, se alta, média ou baixa. Além disso, as variáveis (4) e (5) permitiram mapear três situações de dinâmica de povoamento: *afluxo em geral* (quando as taxas foram positivas para o urbano e o rural); *afluxo urbano* (quando a taxa de crescimento foi positiva apenas para o urbano); e *refluxo*, quando as taxas de crescimento populacional (total e urbana) foram negativas, indicando perda populacional.

A-2.6 Índice de Desequilíbrio Interno Local

De forma complementar ao índice anterior, o índice de desequilíbrio interno local aponta para situações locais de concentração da propriedade fundiária e de concentração de renda. Quanto maior o índice maior o potencial do lugar apresentar em algum momento problemas e conflitos de natureza econômica, social e política decorrentes da disparidade interna local. Foram escolhidos como variáveis:

- (1) Índice de Gini – concentração de renda;
- (2) Índice de Gini – concentração fundiária; e
- (3) razão entre renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

B. VETOR IDENTIDADE CULTURAL

É importante destacar que os objetivos da regionalização levam em conta e mesmo enfatizam a questão cultural e identitária como um de seus vetores básicos pela sua importância para a estratégia política desejada. A questão efetivamente mobiliza as populações locais, num sentido mais “de baixo para cima” do que “de cima para baixo”. Embora o Brasil não tenha grandes conflitos em que a base cultural-identitária se coloque como questão central (à exceção da questão indígena, muito importante em áreas da Faixa de Fronteira), sem dúvida ela se coloca hoje como uma das questões mais relevantes para qualquer ação política no âmbito transnacional. Sem falar que, em áreas de fronteira internacional como a que aqui está sendo focalizada, a relação com a “alteridade”, com o Outro, do outro lado da fronteira, é decisiva na configuração das relações sociais como um todo.

Entendemos “cultura”, aqui, não apenas em seu sentido mais estrito, como o universo simbólico de representações e significados sociais, mas como todo o conjunto de práticas, materiais e discursivas que envolvem a construção do espaço social. Nesse sentido, a cultura começa pelas próprias formas de apropriação da natureza. Por certo, a origem etimológica da palavra vem de agri-cultura, a habilidade das pessoas em transformar seu meio, reconstruindo-o e re-significando-o. Embora em muitos momentos privilegiemos a dimensão simbólica, através das representações sociais feitas sobre o espaço, será a leitura não-dicotômica entre sociedade ou cultura e natureza o pano de fundo que inspira todo o nosso trabalho.

B-1 Noções Básicas

As noções básicas definidas para a análise do Vetor Identidade Cultural são derivações da própria noção de identidade territorial, a saber: *identidade territorial* (associada à noção de espaço de referência identitária), *identidade regional* (associada

aos conceitos de região, regionalismo e regionalidade) e *identidades múltiplas* (associadas à noção de multiterritorialidade).

Por mais que, no senso comum, se tenha uma concepção muito clara e bem definida de identidade, como se ela pudesse até mesmo ser considerada “natural” a um determinado grupo, devemos partir sempre do pressuposto de que a identidade cultural é uma construção social-histórica – e, no nosso caso, também, geográfica. Centralizada sobre a dimensão simbólica da realidade, ela está sempre aberta a novas formulações e, para retomar o termo de Hobsbawm e Ranger, é possível de ser sempre “reinventada”. É o caso, por exemplo, da identidade regional gaúcha. De “gaúcho” era chamado o indígena na época colonial, com conotação pejorativa (o indígena como ladrão de gado após o cercamento dos campos). A designação se estendeu da área da Campanha para as colônias ítalo-germânicas, onde o imigrante europeu identificou-se com os grandes latifundiários da Campanha, donos de vastas extensões de terra, de gado e cavalos, símbolos de um poder do qual ele estava privado na Europa e na América.

A construção e reconstrução de identidades não constituem, portanto, um processo linear. Trata-se de um processo eivado de contradições e ambigüidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia. Altamente complexo, o jogo de identidades pode ser facilitado ou dificultado de acordo com as condições sociais em que se dá. Neste sentido, a presença de “marcos” ou referenciais histórico-geográficos pode ser um fator decisivo na sua construção e reconstrução de identidades, especialmente quando relacionados a processos de regionalização.

No caso de processos de regionalização, é de um tipo específico de identidade que estaremos tratando, a identidade territorial, aquela identidade cultural que tem como base ou fundamento para sua elaboração a referência a um espaço ou território determinado, e que denominamos, retomando uma expressão de Bernard Poche, de *espaço de referência identitária*. Estes referenciais podem ter diferentes amplitudes simbólico-geográficas, interferindo desde a escala local (uma praça ou monumento na construção de uma identidade urbana ou de bairro) até a escala nacional (uma paisagem-marca, por exemplo – na formação de uma identidade nacional), passando por escalas intermediárias ou “regionais”, que são as que mais diretamente aqui nos interessam.

	Alternativa 1	Alternativa da Proposta
Identidade Social	Qualidade própria, singular, de um grupo social	Processo de identificação de um grupo em relação a referências gerais
Identidade Territorial	Identidade social definida por um território	Processo de identificação de um grupo com um território (proximidade, dependência), espaço de referência identitária
Identidade regional	Identidade social definida por uma região	Processo de identificação de um grupo em que o espaço de referência identitária é uma região definida com relação a um poder centralizado
"Identidade Produtiva"	Vocação geográfica	"imagem de marca"

QUADRO 3: CONCEITOS – IDENTIDADE

De forma genérica, podemos analisar a identidade cultural, e a identidade territorial mais especificamente, a partir de três grandes conjuntos de vetores analíticos, envolvendo:

- a) o caráter qualitativo e simbólico da identidade, mas sem prescindir, no caso das identidades territoriais, de um referencial concreto, um espaço de referência;
- b) o caráter singular e contrastivo da identidade, sempre definida na relação com a alteridade, com a diferença, criando identidades regionais, nacionais, etc; e
- c) o caráter dinâmico ou “relativamente estável” da identidade, sempre em processo (alguns preferem até utilizar o termo identificação no lugar de identidade) – tal como a territorialidade com fronteiras muito tênues e de difícil delimitação no espaço.

A partir dessas características gerais trabalha-se aqui com diversos indicadores de caráter mais qualitativo que quantitativo, e que são enunciados a seguir. Diferentemente do que ocorre no vetor Desenvolvimento Econômico, o vetor Identidade Cultural privilegia a esfera simbólica, embora os indicadores propostos não ignorem a importância da base econômica (“diferenciação econômica”) e política (“institucionalidades”).

B-2 Formulação e Descrição dos Indicadores

B-2.1 Diferenciação Geográfica: Espaços de Referência Identitária

Espaços de referência identitária são espaços concretos que se convertem em referenciais básicos na construção simbólica de uma identidade cultural. Desta forma, ela se torna também uma identidade territorial (local, regional ou nacional), por ser construída fundamentalmente em torno da imagem de um território ou de uma paisagem específicos.

Distinguímos dois tipos de espaços de referência identitária, conforme a escala de relação entre espaço representado e representação do espaço: o primeiro, de relação mais direta, que denominamos *região-paisagem*, e o segundo, de relação mais indireta, que denominamos *paisagem-símbolo*. Não há dúvida que nos dois casos a paisagem aparece como um símbolo da identidade regional. Enquanto no primeiro ela se confunde com a própria área da região como um todo (como o binômio rio-floresta para toda a Amazônia), no segundo trata-se de uma paisagem específica que é transposta como símbolo de toda uma área (como o Pão-de-Açúcar para a cidade do Rio de Janeiro ou a torre Eiffel para Paris).

Regiões-Paisagem

Muitas áreas da Faixa de Fronteira, extremamente diversificadas geograficamente, sofreram um processo acentuado de transformação ao longo do tempo, como as áreas coloniais do Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Outras permaneceram com paisagens originais pouco alteradas, como nos casos do Noroeste e Oeste do Estado do Amazonas. Muitas, contudo, carregam ainda na memória da maioria de seus habitantes os traços daquelas paisagens outrora dominantes, difundidas principalmente através das escolas e da mídia (com destaque para a publicidade oficial).

De uma forma ou de outra, a paisagem “natural”, como nas velhas regiões geográficas resultantes da conjugação entre formas de relevo dominantes, vegetação, clima e hidrografia, acaba ainda influenciando na construção das imagens regionais dominantes. Dentro da Faixa de Fronteira podemos encontrar diferentes escalas de manifestação dessas características.

No caso da Amazônia, podemos dizer que há alguns traços naturais comuns que reúnem, num todo, a “paisagem” equatorial-tropical úmida que se estende do Vale do Oiapoque, no Amapá, ao Vale do Mamoré, em Rondônia. Obviamente, também há diferenças sub-regionais muito importantes, principalmente nas áreas mais elevadas do Escudo Guianense, entre Roraima e parte do Amazonas e a Venezuela. Nas áreas mais baixas, a presença de grandes rios é fundamental na articulação de algumas identidades sub-regionais ligadas aos vales fluviais, como o do Alto Solimões, o do Juruá e o do Purus, ligadas também a grupos específicos, notadamente grupos indígenas, pescadores e seringueiros.

No Arco Central, sem dúvida destaca-se, pela sua relativa homogeneidade, a Sub-região do Pantanal, com suas características físicas e mesmo sua ocupação humana peculiar, na relação entre áreas inundáveis, grandes propriedades e pecuária extensiva. A metade Leste-Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul, muito mais densamente ocupada e transformada pela expansão capitalista, incluindo povoamento com migrantes de origens

diversas (principalmente do Sul e do Sudeste), não possui uma “paisagem” característica, aproximando-se, em algumas áreas, da fisionomia dominante nas áreas de colonização européia do Sul do Brasil.

O Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, áreas de colonização européia com os descendentes de colonos italianos e alemães das chamadas Colônias Velhas da Serra Gaúcha, possuem uma paisagem semelhante, calcada hoje na relação entre pequenas propriedades, relevo dissecado pelos vales fluviais no planalto basáltico meridional e antigas áreas de floresta subtropical, hoje intensamente devastada por atividades agrícolas intensivas.

Finalmente, uma das áreas que ainda manifesta traços de uma fisionomia bem característica é a Campanha Gaúcha, outrora dominada apenas pelas grandes “estâncias” de pecuária extensiva em áreas de colonização lusa, e que hoje inclui atividades como a rizicultura e a viticultura, introduzidas por descendentes de imigrantes europeus provenientes da Serra Gaúcha.

Convém salientar que, mesmo em termos de *região-paisagem*, em vários pontos da fronteira as características dominantes no lado brasileiro também ocorrem do outro lado. São os casos do Pampa latifundiário pecuarista-rizicultor no Uruguai, na Argentina e na Campanha Gaúcha, da áreas de colonização de base agro-industrial no Leste Paraguai, Oeste do Paraná e Cone Sul-mato-grossense, dos latifúndios com pecuária extensiva no Chaco Paraguai e Pantanal Mato-grossense; ou das áreas de floresta tropical da Amazônia (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guianas e Brasil).

Paisagens-Símbolo

Embora no item anterior também estivéssemos nos referindo ao caráter simbólico das paisagens, tratava-se de traços paisagísticos dominantes mais ou menos coincidentes com a área da (sub)região no seu conjunto. Aqui, queremos destacar um papel simbólico mais enfático, ou seja, paisagens que, embora fisicamente pouco expressivas, ocupando às vezes extensões muito restritas, acabam tendo um potencial ou sendo efetivamente projetadas para simbolizar áreas muito maiores do que as que efetivamente ocupam.

Assim, algumas áreas, ainda que pouco extensas, mas dotadas de profunda singularidade e/ou importância geográfica, tendem a possuir um grande potencial para a (re)construção de identidades. Vejamos alguns exemplos:

- Marcos naturais: grandes rios, quedas d’água (como as Cataratas do Iguçu no Paraná ou os Saltos do Yucumã no Rio Grande do Sul), montes (como o Pico da Neblina, no Amazonas, o Monte Roraima e o Maciço do Urucum, no Mato Grosso do Sul), reservas naturais (ecológicas, indígenas ou extrativistas).

- Marcos de engenharia (mesmo desativados): estradas de ferro (como a Madeira-Mamoré, em Rondônia, e a “Noroeste do Brasil”, no Mato Grosso do Sul), grandes hidrelétricas (como Itaipu), pontes (como a ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai).
- Construções históricas: fortes (como os fortes de Coimbra, no Mato Grosso do Sul, e Príncipe da Beira, em Rondônia), missões jesuíticas (podendo estabelecer inclusive uma identidade transfronteiriça entre Rio Grande do Sul, Misiones – na Argentina, e Itapúa – no Sul do Paraguai).

É importante lembrar que grande parte da eficácia simbólica de determinadas paisagens e territórios deve-se não só à sua maior ‘visibilidade’ (e ‘intensidade’ de sua manifestação) no espaço como também à propensão que têm de uma duração muito maior no tempo. Assim, aqui também deve ser considerada a temporalidade (e suas múltiplas durações – tempos longo, médio e curto) em sua imbricação com os diferentes espaços nos quais se materializa. Espaços com maior carga simbólica se transformam facilmente em ‘patrimônios’ (locais, regionais, nacionais ou ‘da humanidade’) e terão assim garantida uma duração ainda maior no tempo.

B-2.2 Diferenciação Histórica: Referenciais Históricos de Identidade

Um dos principais elementos de diferenciação (sub)regional em termos de construção identitária são as bases históricas sobre as quais foi moldada a geografia de cada parcela do espaço. Assim, a história se coloca, ao lado da geografia, como o grande “fomentador” ou “alimentador” de identidades, especialmente identidades de base territorial como as identidades regionais e nacionais.

No caso da Faixa de Fronteira, envolvendo um limite internacional, construído muitas vezes através de disputas e conflitos, podemos identificar uma série de referências históricas em torno de eventos (como batalhas e acordos diplomáticos) e personagens que firmam, claramente, fortes referenciais. Devemos, entretanto, diferenciar as diversas “densidades” históricas. Enquanto algumas áreas foram ocupadas há muito tempo e preservam o legado de tempos mais remotos, seja em termos de referenciais concretos, seja de referenciais simbólicos (na memória da população), outras, geralmente de ocupação mais recente, preservaram pouco sua memória (como as que destruíram completamente o legado indígena). Assim, propomos distinguir aqui pelo menos dois tipos:

- Sub-regiões que possuem maior “densidade” ou “enraizamento” histórico: áreas com fortes referenciais mítico-históricos, quase sempre de ocupação mais antiga e/ou economicamente mais estabilizadas, como as áreas indígenas, as Missões e a Campanha Gaúcha, em geral menos permeáveis à reconstrução identitária; e

- Sub-regiões que possuem menor “densidade” histórica, ou porque destruíram (física e/ou simbolicamente) seus referenciais históricos, ou porque não (re)construíram narrativas históricas próprias, áreas em geral de ocupação recente e/ou economicamente dinâmicas, cuja identidade é moldada no próprio espaço em transformação e na idéia do novo, do espaço em movimento.

É importante lembrar, contudo, que maior “densidade” histórica não significa que, automática e obrigatoriamente, uma região terá uma manifestação mais intensa de sua identidade. Como já ressaltamos, a identidade é uma construção social e simbólica e, como tal, pode a todo momento ser recriada, reinventada, como nossos próprios mitos e heróis. A propósito, toda identidade, na origem, é fruto de uma mescla de outras identidades e histórias, ou seja, tem um caráter híbrido.

B-2.3 Diferenciação Sócio-Econômica

Desigualdades Sociais

Um elemento que influencia de forma mais indireta a construção identitária, mas que é fundamental para o entendimento de suas articulações e de seus níveis de coesão, é a diferenciação – ou, em termos mais estritos, neste caso – a desigualdade sócio-econômica. Todos nós sabemos a importância dos níveis de desigualdade social para a configuração de uma sociedade menos fragmentada e onde efetivamente a cidadania possa estar universalmente assegurada. Áreas de maior desigualdade sócio-econômica podem, é claro, desenvolver processos de identificação social extremamente fortes, mas com certeza eles terão um papel muito mais intenso de “mascaramento” dessa situação, na medida em que, reconhecidamente, a identidade regional promove sempre um processo de homogeneização ou de equalização de seus habitantes, independente de sua condição sócio-econômica.

Não há, obviamente, uma relação linear entre desigualdade sócio-econômica e coesão identitária, pois áreas com maior “equilíbrio” social não obrigatoriamente irão dispor de uma mais intensa singularidade ou coesão identitária. Às vezes ocorre justamente o contrário: em áreas de grande desigualdade social é necessário que sejam forjadas fortes identidades territoriais a fim de “soldar” um amálgama que de outra forma não existiria. São inúmeros os casos internacionais, de regiões que constroem identidades e mesmo movimentos separatistas tanto em áreas mais ricas (o caso do Norte da Itália é sintomático) quanto em áreas mais pobres (como a Galícia espanhola).

Importante aqui é perceber como a construção identitária é influenciada por esta composição social, e em que sentido ela é forjada mais para criar “máscaras” que ocultam os problemas sociais do que para fomentar laços de solidariedade para uma mobilização

visando a transformação positiva e/ou a preservação de traços culturais ameaçados de desaparecimento.

Ao observarmos o mapa do índice de desequilíbrio interno na Faixa de Fronteira notamos claramente um maior desequilíbrio no Arco Norte, principalmente em municípios do Estado do Amazonas, e em “manchas” do Arco Central, notadamente o Centro-Sul do Mato Grosso do Sul. A primeira é uma área com uma estrutura social mais tradicional, reprodutora de desigualdades, e com fortes identidades “setoriais” territorialmente discriminadas (indígenas, seringueiros), enquanto a segunda é uma área mais dinâmica, com identidades mais fluidas, mas que reproduz um padrão “inequalitário” que fragmenta o espaço ao privilegiar determinadas áreas e setores da economia em detrimento de outros, de maior implicação social.

Diferenciação Econômica

Outro indicador que associamos à diferenciação sócio-econômica é aquele que diz respeito não apenas aos elementos quantificáveis dessa diferenciação (ou desigualdade), como concentração de renda e de terra, mas mais qualitativos, como o tipo de produção dominante em cada região. Como muitas vezes estes produtos, especialmente aqueles ligados à atividade primária, estão diretamente vinculados a características físicas como tipo de solo e clima, não há como negar a sua vinculação com determinadas paisagens específicas. Isto faz com que eles também possam estar conjugados, direta ou indiretamente, com certas identidades sub-regionais, especialmente em áreas de produção mais especializadas onde algumas vezes um único produto pode se tornar “símbolo” – um “produto-marca” – de determinada área. Denominações como “região da soja”, “região da uva”, “capital do milho” – e suas “festas nacionais” – acabam servindo como mais um referencial para a produção de identidades locais e regionais. Não é nem mesmo necessário que um determinado produto ou tipo de produção seja dominante em determinada área, bastando muitas vezes que ele seja um produto específico daquela área, ou seja, que atue como um elemento importante de distinção, isto é, de identificação.

Observando os mapas referentes à base produtiva ao longo da Faixa de Fronteira, deparamo-nos com áreas específicas para determinados produtos (ver mapas referentes à erva-mate e uva, no Arco Sul, por exemplo), que podem atuar como elementos de identificação de áreas e populações. Na Amazônia, vários produtos extrativos podem ter papel semelhante. É interessante também associar estes mapas da base produtiva com os do grau de diversificação da produção, a fim de verificar áreas efetivamente mais especializadas em determinados produtos. Neste caso fica evidente o forte papel de uma determinada atividade primária, mais especializada em áreas como a Campanha Gaúcha, o Pantanal Mato-grossense e as áreas florestais da Amazônia.

B-2.4 Diferenciação Cultural (*stricto sensu*)

Neste indicador foi possível encontrar dados mais objetivos capazes de ser mapeados, e que demonstram claramente a diversidade cultural da faixa de fronteira em termos da composição étnica de sua população, em termos das práticas religiosas dominantes e em relação a outros aspectos mais estritamente culturais, como o folclore, o linguajar e as festas populares. Embora só tenha sido possível mapear os dois primeiros elementos, etnia e religião, pelo menos outros dois indicadores da força cultural de alguns grupos puderam ser evidenciados, através dos mapas de distribuição dos remanescentes de quilombos e da difusão dos Centros de Tradições Gaúchas.

Composição Étnica

Os dados referentes à composição étnica da população permitem verificar nitidamente a diferenciação entre o Arco Sul, o Central e o Norte, como três “regiões” distintas no plano cultural. Assim, podemos visualizar o claro predomínio de indígenas e pardos (mestiços) no Arco Norte, principalmente em Roraima e no Amazonas, e o predomínio de população branca no Arco Sul, do Leste do Mato Grosso do Sul até a Campanha Gaúcha.

Enquanto isso, o Arco Central, especialmente a partir do Pantanal (com predomínio de população parda) até o Leste de Rondônia, é a área mais diversificada em termos de etnias: pardos no Pantanal e Oeste de Rondônia, brancos (migrantes sulistas) na Chapada dos Parecis e no Leste de Rondônia, negros em municípios de antigos quilombos em Mato Grosso.

Existe também uma interessante diversificação interna no Arco Sul, mais um entre os diversos indicadores que distinguem a Campanha Gaúcha da área dos Vales Coloniais – trata-se da presença importante de negros na porção Centro-Leste da Campanha, antiga área de escravos vinculados à atividade charqueadora. A presença de amarelos mostrou-se de pouca expressão em toda a Faixa de Fronteira, com exceção de alguns municípios esparsos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

Práticas Religiosas

Diferentemente da composição étnica, o predomínio de determinada filiação religiosa não se mostrou um indicador tão expressivo de diferenciação (sub)regional. O predomínio de católicos, por exemplo, aparece disseminado em toda a Faixa de Fronteira, sem nenhuma concentração diferenciadora. Quanto aos evangélicos, o Censo do IBGE infelizmente não distingue entre o protestantismo histórico (como os evangélicos de

confissão luterana), nitidamente vinculado aos migrantes sulistas descendentes de alemães, e as crenças pentecostais, mais recentes e em ampla difusão no país.

Por conseguinte, baseados em dados qualitativos, devemos diferenciar pelo menos duas áreas de expressivo contingente de evangélicos: a do Arco Norte, especialmente em Roraima e no Alto Solimões, onde domina o pentecostalismo, e alguns municípios dos Vales Coloniais Sulinos, especialmente no Noroeste do Rio Grande do Sul, onde predominam os luteranos. Infelizmente também o IBGE coloca como “orientais” religiões que vão do islamismo ao budismo, o que impede identificar a importância da presença sirio-libanesa, coreana e chinesa em áreas como a da fronteira do Brasil com o Paraguai, sabidamente com uma das maiores concentrações de árabe-muçulmanos do país (especialmente em Foz do Iguaçu/PR).

Outros Elementos Culturais

Aqui podemos elencar uma série de características pouco ou nada quantificáveis, como os diferentes linguajares ou diferenças dialetais (sub)regionais, o folclore, a música, a culinária e as festividades típicas de determinadas áreas.

Embora não haja um mapeamento detalhado e confiável das diferenças lingüísticas e dialetais (com exceção, talvez, das línguas indígenas) no Brasil, são bem conhecidas as diferenciações regionais entre o falar do gaúcho da Campanha, do colono descendente de alemães e de italianos dos Vales Coloniais do Sul (e que se difunde hoje por várias outras regiões do país), o falar do “pantaneiro”, o do habitante do interior da Amazônia e, especialmente, dos diversos grupos indígenas remanescentes e seus idiomas próprios.

Com relação ao folclore e aos hábitos regionais (principalmente a culinária), algumas áreas culturais ainda mantêm certas características, como a Campanha Gaúcha (folclore gaúcho, churrasco e chimarrão), as áreas de forte colonização européia (folclore alemão e italiano, Oktoberfest, vinho e culinária italiana), o Pantanal de Mato Grosso (música e comida pantaneira, tereré) e o Amazonas (folclore com forte influência indígena, boi-bumbá, comidas à base de peixe e mandioca).

É importante verificar a força das migrações na difusão de determinados hábitos culturais. O grande destaque fica com os sulistas, conhecidos genericamente nas áreas de migração como “gaúchos”, e que possuem um importante instrumento de reprodução identitária, os Centros de Tradições Gaúchas, com presença expressiva em todas as áreas de migração, inclusive Mato Grosso e Rondônia.

Finalmente, além da importância das comunidades indígenas, muitas delas altamente organizadas e com toda uma territorialidade própria capaz de garantir a manutenção de seus costumes (ainda que, como toda identidade, visivelmente influenciadas por várias outras dinâmicas culturais), devemos reconhecer a relevância das comunidades negras,

especialmente aquelas representadas por antigos quilombos, hoje mapeados em todo o território nacional. Na Faixa de Fronteira encontramos antigos quilombos no Pará (mais de trinta no Vale do Trombetas), no Mato Grosso (municípios de Vila Bela, Nova Lacerda e Comodoro) e no Rio Grande do Sul (município de Santa Vitória do Palmar).

B-2.5 Institucionalidade

Outro indicador que deve ser considerado na construção identitária é o que denominamos, genericamente, “institucionalidade”, onde incluímos todo tipo de instituição, pública ou privada, especialmente as de caráter político, capazes de influenciar, através dos recortes espaciais em que efetivamente atuam ou que propõem para sua atuação, a criação de referenciais para a recriação de uma identidade.

Em primeiro lugar devemos destacar a própria configuração geográfica dos recortes institucionalizados pelo Estado a fim de consolidar sua atuação político-administrativa, através de estados e municípios. Além deles, entretanto, surgem periodicamente outras entidades, menos formais, mas que também podem atuar na reconstrução identitária, como as Associações de Municípios, os COREDES no Rio Grande do Sul, ou os fóruns mesorregionais. A própria divisão proposta pelo IBGE para coleta e análise de dados, em termos de micro e mesorregiões, estendida a todo o território nacional e utilizada ainda hoje na maioria das escolas, acaba por incutir na população determinados traços identitários.

Isso quer dizer que nunca se traça impunemente um recorte territorial: ao ter alguma forma de difusão ele acaba, de uma maneira ou de outra, influenciando processos de identificação social. Assim, o próprio fato, agora, de o governo criar ou fortalecer um programa específico para a Faixa de Fronteira, pode assegurar-lhe, finalmente, algum grau de “existência” mais efetivo do que a sua simples delimitação em gabinete. Este trabalho sem dúvida torna-se assim, também, mais um agente fomentador de identidades, ou melhor, de novos processos de identificação social. Entretanto, para além das diversas diferenciações identitárias (sub-regionais) relativamente homogeneizadoras aqui buscadas, deve-se pensar também a possibilidade de fortalecer uma identidade efetivamente transfronteiriça, vivida por muitos de seus habitantes.

Alguns projetos de novas divisões territoriais, como a criação de novos estados, também são elementos que acabam intervindo na reinvenção de identidades. Vide, na Faixa de Fronteira, projetos antigos ou recentes como o do Território do Iguaçu, que existiu por pouco tempo no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, do Estado de Piratini na Metade Sul do Rio Grande do Sul, do Pantanal, de Guaporé, no Leste de Rondônia, do Alto Juruá acreano e do Alto Solimões amazonense.

Outros recortes territoriais como aqueles das unidades do Exército ou as dioceses da Igreja Católica também não podem ser negligenciados em seu papel (des)aglutinador/desordenador da população. Para finalizar este item, não é demais lembrar ainda o papel de entidades como muitas Organizações Não-Governamentais, sindicatos, a maçonaria e clubes de serviços, como o Rotary Club.

B-2.6 Mobilidade

Por fim, o último “indicador” identitário que focalizamos foi aquele que relaciona identidade e mobilidade. Ao contrário do que comumente se pensa, a identidade não é estática nem participa da “natureza” de um determinado grupo social. Por tratar, sobretudo com símbolos, e podendo a todo tempo ser reconstruída, a identidade deve ser vista enquanto processo de identificação, sempre em curso. Mesmo grupos tidos como de forte e clara identidade social, como os povos indígenas, estão sempre reconstruindo suas identidades enquanto estratégias (políticas) de que dispõem para sua sobrevivência.

Mas além do fato de que a “mobilidade” lhe é inerente, a formação da identidade regional varia muito de acordo com a mobilidade física a que a população está sujeita (migrações) e o nível de conectividade (interações) de que dispõe cada área. Assim, espaços com alta mobilidade da população, com índices mais elevados de migrantes na população total, tendem a desenvolver identidades mais diversificadas e, algumas vezes, têm mais dificuldade de moldarem uma identidade-padrão representativa de toda a região. Este fenômeno, sob a globalização, é cada vez mais comum, e diversos pontos ao longo da fronteira manifestam um encontro de múltiplas identidades muito mais intenso, destacando-se, sobretudo, a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, verdadeiro cadinho cultural da globalização.

O mapa da “migração total” (número de migrantes na população total dos municípios) mostra uma correspondência relativamente clara entre imigração (chegada de novos moradores) e identidades mais uniformes. As áreas mais estabilizadas em termos de recepção de migrantes, com menos de 5% da população não nascida no próprio local, podem ser distinguidas em dois tipos, aquelas estabilizadas mas com condições sociais mais favoráveis, caso basicamente do Rio Grande do Sul, nitidamente separado dos demais estados, e aquelas cuja estabilidade econômica e demográfica ocorre sob condições de forte desigualdade social e alto nível de pobreza, como a maior parte do Amazonas e o Oeste do Acre.

Já as áreas com maior número de imigrantes (mais de um quarto da população), duas formas também podem ser identificadas: uma relativa a populações com melhores condições de vida e relativo “equilíbrio” social, de imigração bem mais antiga, especialmente a área que vai do Oeste de Santa Catarina ao Sul de Mato Grosso do Sul,

e outra forma relativa a áreas dinâmicas com maior complexidade social e, em tese, com maior diversidade identitária, como Rondônia e Roraima. O mapa de origem dos imigrantes também ajuda a evidenciar a complexidade cultural nessas áreas de imigração recente, onde encontramos imigrantes das mais diversas regiões brasileiras.

Devemos lembrar, contudo, que não há uma regra para afirmar genericamente que áreas com maior dinamismo e diversidade migratória tenham identidades mais ricas ou mais fragmentadas. Cada grupo social migrante carrega suas próprias características – maior maleabilidade ou integração, maior fechamento ou segregação em relação aos demais. Não basta, assim, a existência efetiva da diversidade cultural para que isto represente, automaticamente, melhor convivência ou maior segregação social.

C. METODOLOGIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

A metodologia geral de desenvolvimento deste trabalho contou com várias atividades descritas a seguir.

C-1 Atividades Iniciais e Primeiros Produtos:

- **Levantamento de Dados sobre a Base Produtiva da Faixa de Fronteira:** o objetivo de diferenciar a Faixa de Fronteira de acordo com o perfil produtivo (agrícola e industrial) demandou o levantamento de dados sobre as diversas atividades produtivas que são desenvolvidas nos municípios da faixa (588 municípios). Foi escolhido o ano de 2001 como referência por ser este o ano com dados econômicos disponíveis pelo IBGE. Para cada município da faixa foram levantados dados sobre agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineral e indústria. As principais fontes dos dados estão relacionadas a seguir:

- IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2001;
- IBGE, Produção Pecuária Municipal (PPM), 2001;
- IBGE, Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura (PES), 2001;
- IBGE, Cadastro de Empresas (com CGC), 2001;
- Ministério do Trabalho, Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), 2001; e
- Ministério de Minas e Energia (DNPM), Anuário Estatístico, 2001.

- **Levantamento de Dados e Informações sobre Identidade Cultural da Faixa de Fronteira:** Por se tratar de um processo de pesquisa envolvendo indicadores de ordem muito mais qualitativa do que quantitativa, os dados, ou melhor, as informações tiveram que ser buscadas em fontes as mais diversas. Alguns elementos que poderiam ser classificados como mais “objetivos”, envolvendo composição étnica da população, práticas religiosas e migrações (incluindo a origem dos migrantes) puderam ser mapeados sobre a mesma base (municipal) utilizada para os vetores analíticos do desenvolvimento econômico, com dados provenientes do último recenseamento do IBGE. Dados sobre a presença do indígena e a delimitação de suas reservas, obtidos junto à FUNAI, assim como a distribuição dos quilombos remanescentes em território nacional, a partir de mapa composto por geógrafo da UnB, também foram muito importantes, associados ao mapa da composição étnica municipal.

Para uma das composições possíveis do que denominamos de “paisagens-tipo” foi utilizada a superposição de mapas referentes a relevo, vegetação e clima obtidos através

da última edição do Atlas Nacional do Brasil do IBGE. Outros indicadores de diferenciação cultural e de espaços de referência identitária resultam de ampla pesquisa bibliográfica e de trabalhos anteriormente realizados nas áreas da geografia, da cultura e das identidades locais-regionais. Um elemento ligado ao folclore e à reprodução de uma das identidades regionais mais fortes e difusas na área de fronteira, os Centros de Tradições Gaúchas, foi possível localizar e mapear através de contato direto com as sedes do MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho em diversos estados brasileiros, em pesquisa já efetivada e publicada no livro “Des-territorialização e identidade”.

O levantamento desses indicadores e o mapeamento daqueles cujos dados municipais permitiam uma cartografia se somou à análise conjugada com outros mapas, já realizados dentro dos vetores ligados ao desenvolvimento econômico, especialmente àqueles ligados às desigualdades sociais, à mobilidade e à conectividade. Dessa interação resultaram duas tipologias básicas: a tipologia das interações identitárias transfronteiriças e a tipologia das sub-regiões culturais, subsídios fundamentais para a formulação da regionalização final da Faixa de Fronteira. Observa-se como o trabalho foi realizado de forma conjugada, pois ainda que distinguíssemos dois grandes vetores para fins de operacionalização, estes foram trabalhados conjuntamente, inclusive com indicadores sobrepostos, como o da diferenciação ou desigualdade econômica.

- Levantamento de Dados para a Caracterização Social, Institucional, Técnico-tecnológica da Faixa e Elaboração de Índices: a avaliação do contexto mais abrangente da Base Produtiva e Identidade Cultural levou ao levantamento de dados sobre a situação social, institucional e de desenvolvimento técnico-tecnológico de cada município da Faixa. Além disso, três índices foram idealizados para complementar a elaboração da tipologia: o índice de estabilidade/instabilidade da população municipal; o índice de desequilíbrio econômico interno municipal; e o índice de violência. Diversas fontes foram utilizadas:

- IBGE, Censo Demográfico, 2000;
- IBGE, Base de Indicadores Municipais;
- IBGE, Perfil Municipal da Gestão Pública, 2001;
- IBGE, Serviço SIDRA on-line;
- MEC, EDUDATA, 2002;
- MEC, IFET, 2002;
- IPEA, Base de Dados Macroeconômicos e Regionais (vários anos);
- MDIC, SISCOMEX, 2002;
- Ministério da Defesa, Programa Calha Norte; Unidades do Exército;

- Ministério dos Transportes, Banco de Informações e Mapas de Transporte, 2002;
- Ministério da Integração Nacional: Programa de Mesorregiões;
- Ministério das Relações Exteriores, Departamento da América do Sul;
- IBAM, CONDELIS, 2002;
- Geoscape, Malha Municipal Digital, 2001;
- FUNASA, Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- GUIATEC, Guia Bancário do Brasil (vários anos);
- Sistema “S” – SEBRAE, SENAI, SESC, SESI, SENAT, SENAC;
- Receita Federal; e
- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, entre outras fontes.

- **Levantamento da Legislação e Acordos Bi-nacionais concernentes à Faixa de Fronteira:** foram levantadas as leis, medidas provisórias, decretos em vigência ou que estão tramitando ou aguardando pareceres na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- **Tabelamento e Classificação de Dados sobre Cidades-Gêmeas:** informações obtidas em trabalhos de campo realizados entre os anos de 1996 e 2004, acopladas à informações de órgãos censitários de países vizinhos e outras fontes bibliográficas já reunidas no Laboratório do Grupo Retis (UFRJ) gerou uma tabela síntese de aspectos característicos das cidades-gêmeas fronteiriças.

- **Análise Estatística e Montagem da Base de Dados:** as variáveis obtidas nos levantamentos de dados e informações foram agrupadas em Vetores Analíticos: Densidade Econômica (Base Produtiva, Mercado de Trabalho, Serviços à Produção, Índice de Conectividade); Densidade Social; Densidade Técnico-Tecnológica, Densidade Institucional, Índice de Estabilidade/Instabilidade Local; Índice de Desequilíbrio Interno Local.

- **Mapeamento dos Principais Vetores:** uma série de mapas foi produzida a partir da aplicação do Sistema de Informações Geográficas à base de dados georeferenciados, criando-se mapas analíticos que, em conjunto, permitiram considerar um amplo espectro de informações, simular regionalizações de acordo com mudanças dos parâmetros, e chegar à tipologia de sub-regiões para cada vetor em tempo hábil (dois meses). Os mapas produzidos foram elaborados em diversas escalas, desde a *macro-*

divisão da Faixa de Fronteira em Grandes Arcos (Norte, Central e Sul) até a escala dos estados federados.

- **Oficinas de Trabalho**: a definição de condicionantes e entraves ao desenvolvimento local foi objeto de discussões por parte de autoridades locais e representantes de segmentos da sociedade local no Fórum da Mesorregião do Alto Solimões/AM. As reuniões foram realizadas em Amaturá, Santo Antônio de Iça, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant e Tabatinga (fevereiro de 2004). Em Ponta Porã/MS foi realizado encontro informal reunindo autoridades e segmentos da sociedade local, do Brasil e do Paraguai, e dois representantes do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, convidados pela Prefeita de Pedro Juan Caballero (março de 2004).

C-2 Atividades Principais de Pesquisa

- **Realização da Tipologia de Subregiões de Fronteira**, reunindo dimensões econômicas da base produtiva e a identificação de subregiões culturais. A tipologia final configura a divisão territorial da Faixa de Fronteira, de modo a orientar as ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda do novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, sob a ótica do território e das territorialidades geográficas. O levantamento das principais atividades produtivas (sobretudo as de perfil industrial) e das articulações existentes e potenciais entre elas resultaram em três quadros sínteses que apontam, para cada sub-região, as Especializações Produtivas existentes; os Arranjos Produtivos Locais existentes, as APLs potenciais e Problemas e Potencialidades relativos à sua implementação. O produto final da pesquisa está sintetizado no Quadro Agenda Global para a Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Diretrizes Estratégicas e Instrumentos de Ação.

- **Realização da Tipologia de Interações Fronteiriças**: foram pesquisadas as interações entre a Faixa de Fronteira e os países vizinhos ao longo da linha de fronteira e, mais especificamente, nas cidades-gêmeas. A pesquisa também incluiu as interações culturais e imigratórias, elementos fundamentais para dimensionar o ‘ambiente’ político fronteiriço, de modo a orientar futuras ações da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional no sentido de cooperação com os países vizinhos e não só de defesa de interesses brasileiros do outro lado da fronteira. O produto final também se encontra no Quadro de Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Ação da Agenda Global.

- **Realização de Pesquisa para a Avaliação do Marco Legal da Faixa de Fronteira:** O objetivo principal deste estudo foi reunir as legislações existentes, as que estão em trâmite ou aguardando aprovação do Poder Legislativo que incidem, direta ou indiretamente, sobre o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, incluindo os Acordos Bilaterais. Permite pautar negociações futuras entre o Ministério da Integração Nacional, o Poder Legislativo e outros Ministérios em benefício do desenvolvimento da Faixa de Fronteira, uma das prioridades do PPA-2004-2007. O material foi classificado de acordo com os temas principais identificados em trabalhos de campo e em estudos sobre a Faixa de Fronteira, sendo divididos em dois grandes grupos: os pertinentes à cidadania e os pertinentes ao desenvolvimento econômico regional. Programas institucionais federais foram deslocados para o item Instrumentos de Ação no Quadro Agenda Global do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Ação.

- **Realização de Pesquisa de Campo no Alto Solimões e no Cone Sul-matogrossense (fronteira com o Paraguai):** duas sub-regiões foram objeto de pesquisa de campo, ambas previamente selecionados pelo Ministério. O objetivo central da pesquisa foi reunir informações *in loco*, de modo a dar concretude às propostas de diretrizes e estratégias da Agenda Global, registrar demandas locais, e testar a tipologia das sub-regiões. Apesar da escolha das áreas ter sido previa à realização deste Projeto, confirmou-se seu acerto, devido a localização estratégica de ambas as áreas. Foram realizadas entrevistas individuais e encontros com grupos específicos, englobando prefeitos, secretários municipais, representantes da sociedade civil (comércio, indústria, serviços, profissionais liberais), representantes de movimentos sociais ligados a assentamentos rurais, representantes de comunidades indígenas e outras instituições. No caso do trabalho de campo em Mato Grosso do Sul, também foram entrevistadas representantes públicos (governadores, prefeitos, técnicos, consulado do Brasil) e representantes da sociedade civil do lado do Paraguai.

- **Realização da Agenda Global de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira:** as quatro pesquisas subsidiaram a formulação da Agenda Global, produto final deste trabalho.

II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

ATIVIDADES DE PESQUISA	OBJETIVOS	INSTRUMENTOS
Tipologia Básica das Sub-regiões		
Definição de Vetores Analíticos: Densidade Econômica; Densidade Social; Densidade Técnico-Tecnológica; Densidade Institucional; Índice de Estabilidade Municipal; Índice de Desequilíbrio Interno Local; Migração; Etnias; Religiões	Tipologia de Sub-regiões por Vetor Analítico e por macro-regiões (Arco Norte; Arco Central; Arco Sul)	Escolha de Variáveis; Processamento Estatístico; Montagem de Base de Dados; Mapeamento dos principais vetores através do Sistema de Informações Geográficas
Integração das informações sobre Desenvolvimento Econômico Regional com as Regiões Culturais	Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteiras: Síntese da Tipologia de Sub-regiões	Levantamento e Mapeamento dos principais vetores do Desenvolvimento Econômico e de indicadores sobre Identidade Cultural de cada sub-região
Especializações Produtivas e APLs Potenciais		
Definição das especializações produtivas e das regiões culturais da Faixa de Fronteira	Especializações Produtivas por Sub-região	Mapeamento de Variáveis Econômicas por município; Identificação das atividades produtivas com maior valor e maior grau de empresariamento por município através de Sistema de Informações Geográficas
Indicação de Atividades Produtivas com perfil industrial	Potencialidade de emergência de Arranjos Produtivos Locais (APLs) por Sub-região	Levantamento de atividades industriais; Cruzamento dos dados com as variáveis da base produtiva
Tipologia das Interações Transfronteiriças		
Definição do grau de permeabilidade e tipos de interação com os países vizinhos	Tipologia das Interações Fronteiriças; Tipologia das Interações Culturais Transfronteiriças; Tipologia das Cidades-Gêmeas	Elaboração de quadro com a classificação das interações segundo conceitos e modelo de relações entre sistemas nacionais territoriais na Zona de Fronteira
Avaliação do Marco Legal		
Análise das legislações brasileiras e acordos com países vizinhos	Marco Legal Vigente para ações governamentais e da iniciativa privada na Faixa de Fronteira; Marco Legal para as Ações de Cooperação Transfronteiriças; Proposições quanto à mudança do marco regulatório para negociação entre o MI e outros órgãos governamentais	Elaboração de Quadros Classificatórios das Legislações Vigentes e Propostas; Elaboração de Quadros Classificatórios para os Acordos Binacionais; Proposições aguardando na Câmara
Estudos de Caso		
Pesquisas de Campo no Alto Solimões (fronteira com Colômbia e Peru), e no Mato Grosso do Sul (fronteira com o Paraguai)	Informações <i>in loco</i> sobre demandas, problemas e potencialidades locais de forma a subsidiar a Agenda Global (Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Desenvolvimento)	Entrevistas e debates com autoridades locais, membros da sociedade civil organizada em reuniões do Fórum da Mesorregião do Alto Solimões (AM) e em encontro informal em Ponta Porã (MS); entrevistas com a população; reconhecimento geográfico da região; coleta de documentos públicos e privados sobre desenvolvimento local; entrevistas com autoridades locais do país vizinho (MS -Paraguai)

QUADRO 4: RESUMO DA METODOLOGIA